

## A ATUALIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: 40 ANOS DE HISTÓRIA, LUTA E FORMAÇÃO<sup>1</sup>

Sandra Luciana Dalmagro<sup>2</sup>  
Poliana Garcia Temístocles Ferreira<sup>3</sup>

### Resumo

Tendo por base revisão bibliográfica e documental, o artigo foca sua análise no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando sua constituição histórica, principais formas de organização e bandeiras de luta até a atualidade. Para compreender a emergência do MST, fizemos uma incursão sobre a questão agrária e da constituição do capitalismo no campo brasileiro. Discutimos a vida, a produção e a educação nos acampamentos e assentamentos, demarcando a emergência da agroecologia, da formação política e da educação neste Movimento que emergem das lutas no campo e mantém-se com vitalidade após 40 anos.

**Palavras-chave:** Movimento Sem Terra. Questão Agrária. Agroecologia. Educação.

### LA ACTUALIDAD DEL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES SIN TIERRA: 40 AÑOS DE HISTORIA, LUCHA Y FORMACIÓN

### Resumen

A partir de una revisión bibliográfica y documental, el artículo centra su análisis en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, considerando su constitución histórica, principales formas de organización y banderas de lucha hasta la actualidad. Para comprender lo surgimiento del MST, partimos del estudio de la cuestión agraria y la constitución del capitalismo en el campo brasileño. Discutimos la vida, la producción y la educación en campamentos y asentamientos, demarcando el surgimiento de la agroecología y la formación política en este Movimiento que surge de las luchas campesinas y se mantiene vital después de 40 años.

**Palabras clave:** Movimiento Sin Tierra. Cuestión Agraria. Agroecología. Educación.

### THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT: 40 YEARS OF HISTORY, STRUGGLE AND FORMATION

### Abstract

Based on a bibliographical and document review, this article analyses the Landless Rural Workers Movement, considering its historical constitution, main forms of organization and struggle banners up to the present time. To understand the emergence of the MST, we have made in incursion in the agrarian issue and the constitution of capitalism in the rural areas of Brazil. We discuss life, production and education in their settlements, demarcating the emergence of Agroecology and political education in this Movement that emerged from the peasant's struggle and remains vital after 40 years.

**Keyword:** Landless Workers Movement. Agrarian Question. Agroecology. Education.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 07/08/2023. Segunda Avaliação em 10/08/2023. Aprovado em 10/11/2021. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59150>.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. Professora do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

E-mail: [sandra.dalmagro21@gmail.com](mailto:sandra.dalmagro21@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9400207409329063>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9639-7070>.

<sup>3</sup>Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação e bolsista do CNPq.

E-mail: [polianagarciatf@gmail.com](mailto:polianagarciatf@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5795870940286064>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2728-6259>.

## Introdução

Em 2024 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST completará 40 anos desde sua fundação, ocorrida em 1984 e passados 5 anos de sua gestação iniciada 1979, assinalando que um novo momento histórico se abria no país, com o fim da ditadura militar de caráter cívico-empresarial. Quatro décadas é uma longa vida para um Movimento Social, estes tendem a ser mais efêmeros e conjunturais. Certamente, decorrido este tempo, o MST não é mais o mesmo e tampouco o é o contexto brasileiro.

No início do Movimento predominam as ocupações e acampamentos que reúnem centenas e milhares de famílias oriundas do espaço rural: pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, bóias-frias, assalariados rurais, desempregados, moradores de periferias, os quais têm em comum a busca pela sobrevivência e a esperança de ter um pedaço de terra para produzir a subsistência familiar, sem patrões. Desde a década de 1990 o MST se consolidou como o maior movimento social brasileiro, um dos maiores da América Latina e do mundo. Além das ocupações, acampamentos e marchas, o Movimento conquistou milhares de hectares de terras, os assentamentos, nos quais a produção agropecuária se constituiu como uma ampla frente de atuação da luta social: produção de alimentos, associações e cooperativas de produção e comercialização, articuladas a um conjunto de questões como a luta contra o êxodo rural, o acesso aos serviços públicos e à produção cultural. As ocupações continuam a ocorrer, ainda que em menor número e concentradas em alguns estados do país, mas é a produção de alimentos saudáveis que parece ganhar mais atenção da luta do MST nos últimos anos. Se nos assentamentos a luta do MST não expressa a mesma radicalidade anticapitalista que as ocupações e acampamentos, eles permitem que o Movimento se projete em outras dimensões, com destaque para a agroecologia, a qual foi incorporada como bandeira política – e com o desafio de se efetivar mais amplamente nas áreas conquistadas – a partir dos anos 2000 (MST, 2010, 2020).

A fragilidade das famílias sem-terra, sua pobreza econômica e a inserção social marginalizada, contrastava com a ousadia de ocupar o latifúndio sob a bota dos militares. Mas mudar-se para as cidades ou aceitar participar dos projetos de colonização no centro-oeste e norte do país não estava no campo das possibilidades

para todos os sem-terra. A audácia só era possível pela ação conjunta de um grande número de pessoas e pelo apoio que recebiam em particular dos setores progressistas da Igreja e pelos grupos combativos do sindicalismo rural. Ocupar latifúndios improdutivos emergiu como possibilidade real, coletivamente organizada. A precariedade de condições das famílias que vão às ocupações e da realidade dos acampamentos contrasta também com a força política que o MST conquistou. Ainda que a luta dos Sem Terra continue tendo o campo por foco, é capaz de alcançar um conjunto de questões da maior relevância política no país, marcando a história do período que segue à abertura democrática. A força do MST tem por base a enorme concentração de terras e o lugar central que a grande propriedade ocupa na economia e política nacional, o que se liga à disputa entre a produção de *commodities* e de alimentos. Para explicar esta força precisamos ainda localizar a organização coletiva e os métodos de ação do Movimento.

Este artigo visa, portanto, contribuir para a história e memória das organizações de trabalhadores de “Nuestra América”, a partir do histórico de lutas do MST e seus desafios na atualidade. Para tanto, organizamos duas seções. Na primeira vamos abordar a questão da propriedade e concentração da terra no Brasil, com o intuito de analisar as relações de classe que se estabelecem, demonstrando os condicionamentos que se colocam na formação histórica e econômica do território brasileiro. A base teórica e categorial do materialismo histórico-dialético mediará nossa análise sobre a formação de classes no campo, bem como sobre as disputas de entidades políticas na defesa pela alteração da estrutura fundiária do país. Veremos que o embate pela reforma agrária envolveu diversas frações de classe, desde a classe latifundiária conservadora, os industriais rurais, trabalhadores rurais assalariados e camponeses organizados. Neste sentido, a categoria de classe e propriedade privada se colocam centrais ao processo de formação – e concentração – da propriedade da terra no Brasil, o que se atrela ao projeto econômico para a produção agrária e ao arranjo civil para dirimir conflitos em áreas disputadas, garantindo a representação jurídica e institucional da classe industrial (STÉDILE, MENDONÇA, 2012).

Na segunda parte focamos na organização do MST, seus princípios e formas de luta, desde as ocupações e acampamentos, passando pela produção agropecuária

e o processo educativo/formativo. Por fim, tecemos algumas considerações finais assinalando alguns ensinamentos do MST para a luta de classes<sup>4</sup> na atualidade.

### **Considerações sobre a questão agrária no Brasil e as lutas no campo**

No Brasil, sabe-se que as passagens do trabalho escravo ao mercado de trabalho livre, da monarquia à república, da base econômica agrícola à industrial, se processaram perpetuando a concentração fundiária e mantendo massas populacionais longe do acesso à terra. Nos países de capitalismo clássico, a Reforma Agrária foi realizada com o objetivo de retirar as terras das mãos dos oligarcas, transferindo-as para a classe burguesa ascendente, ampliando o mercado consumidor interno e favorecendo o desenvolvimento industrial em seus países. Contrariamente a este processo, no Brasil, as grandes fazendas perduram no tempo. De um lado, a economia agroexportadora foi utilizada como acumulação primitiva de capital que financiou a industrialização, cujas máquinas e equipamentos advinham dos países do capitalismo central (OLIVEIRA, 2003). De outro, a passagem da economia agrícola à industrial ocorre por intermédio de um lento e constante reajustamento de interesses entre a classe burguesa em ascensão e os velhos setores oligárquicos, e de ambos com o capital internacional, que se processa excluindo a participação popular (FERNANDES, 2006). Nossa longa trajetória colonial e dependente da metrópole é perpetuada no contexto da república, já com uma nova configuração das classes no poder<sup>5</sup>. Estas consentiram a posição secundária do Brasil na economia internacional, mas garantindo elevados ganhos para alguns setores desta classe. Dentre algumas das principais implicações desse padrão de economia subordinada, encontram-se a constituição de um incipiente mercado interno, uma estrutura econômica voltada para

---

<sup>4</sup> Nossa compreensão da classe se apoia em Marx (2017b) e Thompson (1987, p.10). Para Thompson, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nascem – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a maneira como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

<sup>5</sup> Existem divergências quanto à análise da estrutura econômica brasileira anterior ao estabelecimento do capitalismo, mesmo que haja acordo que a dinâmica colonial se torna determinante na consolidação de uma economia dependente e baseada na superexploração. Este debate se compõe a partir dos trabalhos de Gunder Frank (1969), Ruy Mauro Marini (2017) e Florestan Fernandes (1975). Para mais informações, ver referências sugeridas no final do texto.

a produção de *commodities* de exportação que resulta no agravamento das desigualdades regionais e sociais.

Com isso, a situação agrária no Brasil possui claros aspectos de concentração fundiária, o que trouxe “efeitos na transformação das relações de trabalho no campo”, resultando na reprodução de relações de violência e exclusão (STÉDILE, MENDONÇA, 2012, p.22). O aprofundamento da desigualdade se dá tanto a partir de políticas de manutenção dos direitos de propriedade sob tutela das classes oligárquicas e, posteriormente, dos empresários rurais, quanto da consolidação de uma economia política voltada para exportação em larga escala. Estes determinantes impunham sérias limitações às formas de trabalho e subsistência, o que coloca a população do campo frente a um processo de expulsão forçada ou de submissão às condições do trabalho assalariado.

A problemática da concentração da propriedade da terra no Brasil se escancara à medida que o país desenha eixos institucionais para a produção industrial, redefinindo os níveis de produção agrícola num contexto de aumento das exportações de *commodities*. Longe de se materializar somente nos grandes debates econômicos da década de 1950, a questão agrária se fazia presente nos conflitos pela posse e uso social da terra, nos quais organizações camponesas reivindicavam o fim da política de concentração de terras. Neste período, mesmo que timidamente, é proposta a modernização técnica do campo orientada para o setor externo, que visa estabelecer as relações de assalariamento no campo, sem realizar de fato uma reforma agrária aos moldes dos países de capitalismo central, como os Estados Unidos. Neste contexto, se arrasta a disputa pela institucionalização da Reforma Agrária e pela reorganização da estrutura fundiária no Brasil, marcada pela concentração de terras e poder político nas mãos da elite rural (DELGADO, 2005).

A reprodução das relações capitalistas no campo levou a um processo de concentração de capitais nas mãos de uma classe oligárquica rural, bem como ao surgimento de uma classe industrial agrária que se beneficia da renda da propriedade e dos meios de produção. Em outras palavras, a dinâmica de concentração fundiária transita de uma lógica pré-capitalista e, no caso brasileiro, se mantém durante a consolidação do capitalismo e do modelo de produção agrícola, que vai adquirindo caráter de economia política. Isso traz determinantes sociais à formação de classes,

que manifestam o processo de concentração de capitais e da formação de uma “massa de despossuídos” (MARX, 2017a).

Neste contexto, deflagra-se a disputa dos trabalhadores do campo pela posse da terra e autonomia produtiva, bem como sua articulação política em movimentos sociais e partidos, que vai se consolidando em várias dimensões na luta pela terra e pela Reforma Agrária, atravessada pela violência e criminalização dos grupos opostos ao capital agrário e seus representantes. Assim, apontamos alguns aspectos da constituição de organizações sociais no campo, vide a criação das Ligas Camponesas em 1955, o que demonstra que a disputa pela propriedade da terra constitui uma questão central para o modelo produtivo do campo e por isso envolve disputas entre os povos que vivem e produzem na terra e aqueles que expropriam sua renda. Assim, a ‘questão agrária’ no Brasil envolve a disputa pelo direcionamento da reforma agrária, que inicialmente se dissolve na concentrada estrutura de propriedade que havia desde os anos 1950, mas que, posteriormente, se torna uma disputa institucionalizada por atores sociais diversos<sup>6</sup> (STÉDILE, 2010).

No Brasil, a modernização agrícola se acentua a partir de 1930, articulada à expansão industrial e ocorre sem uma Reforma Agrária efetiva (OLIVEIRA, 2003). Este processo se recoloca com mais força nos anos cinquenta, quando havia uma tentativa de consolidação do projeto desenvolvimentista no Brasil e a primazia da pauta exportadora se reafirmava. Isso traz determinantes ao modelo produtivo que se consolida para a agricultura no Brasil, favorecendo a produção de monocultura em grandes propriedades. Adiante, nos anos 1960, a Revolução Verde<sup>7</sup> – que Graziano da Silva (1982) denomina Modernização Conservadora, visava modernizar a

---

<sup>6</sup> A própria acepção da Reforma Agrária como um elemento central na economia política brasileira foi e continua sendo um aspecto em disputa. Na década de 1950, período em que o Brasil avançava em seu plano de metas para a industrialização e a modernização produtiva, os economistas apresentavam distintas teses sobre o tema. Os debates econômicos em torno da reforma davam o tom das relações de disputa, onde as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representadas por Caio Prado Jr., disputavam espaço entre os desenvolvimentistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), representados por Celso Furtado e, por fim, entre os conservadores econômicos, que se negavam a reconhecer a existência de uma questão agrária no Brasil. Para maior aprofundamento deste debate, recomenda-se as obras: *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*, de Caio Prado Júnior e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

<sup>7</sup> O fenômeno da Revolução Verde se deu em nível global e ocorreu no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, sendo disseminado como programa global de industrialização do campo. Para a compreensão deste fenômeno de caráter trans econômico, temos como referencial o trabalho de Moreira (2010), que mediante análise das relações sociais aponta para a dinâmica de exploração dos recursos naturais por meio da industrialização do campo, o que leva à degradação e à reprodução de determinado modelo econômico.

agricultura brasileira no que se refere à sua inserção no mercado agrícola mundial, tanto em termos de produtividade quanto de consumo, sem alterar, porém, a concentração da propriedade rural.

Temos, então, uma mudança de matriz tecnológica e produtiva, com a dispensa de força de trabalho devido à mecanização, à utilização massiva de insumos industriais, com forte presença do capital externo e de multinacionais. Essa nova base produtiva reforçou a monocultura em grandes extensões e as exportações de novos produtos agrícolas como a soja e o milho, que operam no mercado externo sob a forma de *commodities*. Este modelo de agricultura nasce pautado na mecanização e na industrialização do campo, que na atualidade se exemplifica na síntese química de insumos, na manipulação genética de sementes, na produção em ambientes controlados e em formas empresariais de gestão de agroindústrias e bancos agrícolas.

Acerca da utilização de insumos e defensivos agrícolas, o Brasil é um dos países que mais expandiu seu uso nos últimos 30 anos. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022), no ano de 2020 o Brasil era o segundo país do mundo a utilizar a maior quantidade de pesticidas (377 mil toneladas), sendo que no ano de 1990 o país já fazia uso de 46 mil toneladas, o que demonstra uma larga expansão. Nesse processo, o campo reproduz inevitavelmente as contradições dessa forma de sociedade, cujos avanços produtivos controlados por grandes produtores e instituições financeiras, produzem a miséria, a fome e o desemprego para muitos. Produz também grandes diferenças regionais e diversas categorias de trabalhadores no campo, as quais são fruto de um mesmo movimento global.

Ao final dos anos 1990 novas mudanças se processaram na agricultura brasileira, que passa a ser caracterizada pelo agronegócio, ou *agribusiness* para o mercado externo de *commodities*<sup>8</sup>. Este reforçou e atualizou o capitalismo no campo, baseando-se na articulação e dependência dos grandes proprietários de terra para com os bancos, fornecedores de crédito e com as empresas transnacionais,

---

<sup>8</sup> O desenvolvimento do agronegócio brasileiro se dá em observação ao modelo ocorrido nos Estados Unidos e diz respeito à integração dos sistemas de produção e circulação de bens e insumos agrícolas nas chamadas cadeias globais de valor. O termo *agribusiness* carrega o caráter global da economia agrícola, manifestando suas relações e fluxo de troca e permitindo a livre circulação de capitais por todos os setores da produção. Acerca deste tema, recomenda-se o trabalho de Heredia, Palmeira e Leite (2010).

fornecedoras de insumos e controladoras dos preços e dos mercados. Tal articulação se tornou possível graças ao capitalismo financeiro que centralizou e concentrou as grandes empresas do ramo, elevando a concorrência em escala continental e mesmo mundial. Segundo dados da FAO, o Investimento Direto Externo (IDE) no setor da agricultura, que representa o capital externo no Brasil, saltou de US\$37.9 milhões no ano de 1996 para 747.5 milhões em 2019. Isso demonstra o avanço da industrialização do campo e da ampliação produtiva com base na forte presença do capital externo e na financeirização dos recursos naturais (FAO, 2022).

O Brasil é visto pelo mercado externo como um lugar estratégico para a produção de *commodities* devido à força de trabalho barata, à fertilidade e à extensão das terras. O Estado brasileiro e as classes dirigentes mais uma vez se integram de forma dependente e periférica aos interesses das grandes potências e seus capitais e isso pressiona a classe trabalhadora do campo com mais intensidade. A produção capitalista no campo extrapola a produção de alimentos, requerendo terras para a produção de fibras diversas como a madeira, a celulose, os biocombustíveis e uma infinidade de matérias primas para a indústria. Para Carvalho (2007), essas novas formas de ocupação capitalista da terra e da agricultura levaram a uma corrida por terras e a consequente elevação de seu preço, desarticulam a possibilidade de uma Reforma Agrária no Brasil, ampliando a exploração dos recursos naturais e mantendo elevados os índices de concentração da propriedade das terras.

Deste modo, a produção agrícola reproduz os determinantes da forma capitalista de produção. Esta, por sua própria lógica, se apropria, controla e domina os recursos naturais e humanos, numa corrida para acumular e expropriar riquezas continuamente. Assim como na cidade, o capitalismo no campo também apresenta seus antagonismos, tais como a concentração da riqueza e a generalização da miséria, mas também potencializa e transforma as lutas sociais inerentes às sociedades de classe. A organização da luta no campo se coloca no centro da disputa entre capital e trabalho, portanto, reproduz o movimento histórico de avanços e recuos. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é fruto dessa luta, sendo uma das expressões sociais mais articuladas do desenvolvimento capitalista no campo, bem como da tentativa de superação dessa forma de produção econômica e social. A seguir, veremos como o Movimento se forja neste contexto de disputa pela terra e



pelo modelo de produzir, o que também se apresenta nas manifestações culturais e se mantém em movimento, envolvendo um histórico de 40 anos de atuação.

### **Do conflito nasce a organização**

A formação político-econômica do campo no Brasil é marcada por um histórico de conflitos pela propriedade e por formas de produção e trabalho. Se a exploração do trabalho fica mais evidente entre os assalariados e bóias-frias (estes últimos podem ser considerados como assalariados eventuais, “precarizados”), também pode ser identificada nas formas disfarçadas de assalariamento como a vigente na integração praticada pela agroindústria de frango, fumo, suínos, frutíferas, onde o capital avança sobre a pequena propriedade rural. Portanto, a autonomia dos pequenos agricultores em relação ao capital é aparente, antes se evidencia sua crescente subordinação à indústria, a qual condiciona a forma de produção, e expropria-os no conjunto do processo de comercialização (GERMER, 1994; AUED e PAULILO, 2004).

Medeiros (2001), analisando as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, assinala a diversidade de situações e conflitos existentes no campo e como sua unidade foi construída e desconstruída através de longos processos organizativos e fruto das intensas mudanças econômicas, políticas e sociais que marcaram o campo no período da ditadura. Segundo a autora, os trabalhadores do campo emergiram no cenário político nacional ainda nos anos 1950, identificando-se como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e, no início dos anos 60, como “camponeses”. Tinham papel importante na conformação dessas categorias o Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica. Em 1963, com a regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado, as entidades organizativas já existentes ou novas culminaram na constituição da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

A matriz de atuação da CONTAG era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, ambos previstos na legislação, mas que ainda era uma política em disputa e não realizada na prática. Ainda segundo Medeiros, a CONTAG atuava em nome de “uma categoria genérica, ‘trabalhadores rurais’, que recobria segmentos tão diferenciados como ‘assalariados’, ‘parceiros’, ‘arrendatários’, ‘pequenos proprietários’, ‘posseiros’, etc.” (MEDEIROS, 2001, p. 104). Com o golpe militar em 1964 e a instauração da ditadura até meados dos anos 1980, são reprimidas as

organizações dos trabalhadores do campo (e da cidade) combativas do modelo de desenvolvimento social, político e econômico vigente no período. Nos anos 1970 e 1980 os efeitos perversos da Revolução Verde se faziam sentir com a conseqüente intensificação dos conflitos no campo. A atuação da CONTAG passa a ser considerada ineficaz e assistencialista. Surgem as “oposições sindicais” que propunham a unidade da diversidade existente no campo por sua inserção no mundo do trabalho.

Ainda segundo Medeiros (2001), na década de 1990 ganha força um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar” no seio do sindicalismo, com o desenvolvimento de políticas públicas específicas. Neste sentido, a autora demonstra como essas políticas estavam vinculadas ao Banco Mundial, que representa a influência do capital externo. Esta aliança visava a integração dos pequenos produtores ao capital, criando incentivos para o desenvolvimento do modelo empresarial e do agronegócio na pequena propriedade. Segundo Medeiros (2001, p. 120), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma das principais políticas para o setor, criado em 1996, passava a atender os agricultores familiares em “melhores condições de produção”, “deixando de lado todo um vasto segmento em processo de pauperização crescente”.

Já que o sindicalismo optou pelo trabalho com a agricultura familiar e um projeto de desenvolvimento rural de integração ao mercado, a bandeira da Reforma Agrária foi assumida pelo MST. O Movimento termina por aglutinar os setores mais empobrecidos do campo como os posseiros, parceiros ou meeiros, arrendatários e assalariados rurais, os pequenos agricultores e seus filhos, calculados nos anos 1980 em torno de cinco milhões de famílias. Posteriormente, passaram a ingressar no Movimento desempregados e moradores de periferias urbanas. Este conjunto constituiu uma nova categoria no campo, a dos trabalhadores sem-terra. Conforme disserta Fernandes (1999, p.40):

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro – Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua

gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de, pelo menos, quatro anos.

Identificamos o contexto em que o MST é gestado. Ele se faz produto da realidade econômica, política e social brasileira, assim como carrega e sintetiza, a seu modo, características das principais forças em luta que atuaram para sua criação, com destaque para os setores progressistas da Igreja Católica, manifestos na Comissão Pastoral da Terra (CPT) fundada em 1975, e o “novo sindicalismo”. Segundo Stédile e Görger (1993), o MST somente pôde se constituir nos anos 1980 como um movimento social importante porque coincidiu com o crescimento da luta do conjunto dos trabalhadores no país, a qual se inscreve num contexto maior da política nacional, marcado exatamente pelo ascenso das organizações de trabalhadores.

Uma vez compreendida a relação do MST com o contexto de consolidação de formas produtivas no campo e a disputa dos interesses de classe, passemos a indicar como se manifestam as dimensões de luta do movimento, mostrando sua expressividade no cenário nacional e internacional.

## **O MST e as expressões de luta na atualidade**

Quanto às alianças mais recentes dos trabalhadores do campo, o MST articula-se com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e Movimento dos Atingidos por Barragens – MPA, entre outros. O MST atua também junto ao movimento sindical e com periferias urbanas, contribuindo para a criação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e do Levante Popular da Juventude. Atualmente o MST compõe a Frente Brasil Popular – força política de esquerda que congrega uma diversidade de movimentos, sindicatos e organizações. Ademais, o MST debate e se posiciona publicamente, desde meados dos anos 1990, em temáticas nacionais como eleições, privatizações, políticas de Estado, dentre outras políticas. Em âmbito internacional, o MST compõe a Via Campesina, articulação de mais de 180 organizações e movimentos sociais do campo, presente em mais de 81 países. O Movimento possui brigadas internacionalistas em países como Cuba e Venezuela. Estas articulações nacionais e internacionais alteram a qualidade da experiência, possibilitando articulações mais

amplas e complexas em relação à totalidade social, como afirmam Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022).

Entendemos que o MST carrega o legado da luta dos trabalhadores despossuídos, que buscam construir na prática um outro tipo de organização e produção, um projeto popular não determinado pelo capital e seus representantes, mas pelas necessidades da classe trabalhadora no campo<sup>9</sup>. A partir da recuperação da memória escrita do MST em sua articulação nacional, identificamos algumas dimensões que orientam a luta histórica do Movimento e englobam a vida nos acampamentos e assentamentos.

### **Ocupações, assentamentos e agroecologia**

O MST define-se como um movimento social de caráter popular, sindical e político. Desde sua fundação, expressa três grandes objetivos: “a luta pela terra, por Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa” (STÉDILE e GORGEN, 1993). O MST alia a luta imediata pelo acesso à terra e ao trabalho como condição de sobrevivência dos Sem Terra, às lutas mais amplas e gerais dos trabalhadores do campo. Assim, extrapola a luta pontual pelo acesso à terra, relacionando-a com uma Reforma Agrária em amplo sentido. Já no ano de 1985, o movimento coloca claramente a importância de uma Reforma Agrária popular e participativa, na qual os trabalhadores do campo tivessem autonomia organizacional e fossem protegidos pela lei nacional. No momento de sua consolidação, o movimento assinala o compromisso com a preservação do meio ambiente e com a soberania nacional, manifestando a oposição à presença do capital externo na posse dos recursos naturais e da propriedade da terra (STÉDILE, GÖRGEN, 1993; MST, 1985).

Vendramini (2000 e 2004), opondo-se a identificar o MST entre os chamados “novos movimentos sociais”, considera que no MST uma “massa totalmente destituída de propriedade” constitui um sujeito social coletivo, “uma identidade social que se refere à sua natureza de classe”. Num tempo em que a propriedade está altamente

---

<sup>9</sup> O MST passou a utilizar o conceito de campesinato especialmente a partir de sua entrada na Via Campesina em 1998. A utilização do termo, para o MST, possui uma intenção política de oposição à “agricultura familiar” que em geral é vista como integrada (periféricamente ou não) ao desenvolvimento capitalista no campo, enquanto o conceito de campesinato supõe um projeto de desenvolvimento alternativo ou socialista para o campo.

concentrada e toda sorte de misérias atinge amplas massas, o movimento social organizado “é capaz de dar condução política à revolta e ao desespero” (VENDRAMINI, 2004, p. 18). A principal forma de luta utilizada pelo MST são as ocupações de latifúndios e os acampamentos nele instalados. A presença de um elevado número de famílias, incluindo mulheres e crianças, exerce grande pressão por sua desapropriação.

A ocupação e os acampamentos são ações de grande radicalidade, como aponta Vendramini (2000), pois questionam a propriedade privada da terra e representam entraves ao modelo produtivo do agronegócio. Por isso são tão combatidos pela classe dominante e seus aparatos, que buscam inviabilizá-los das mais diversas formas. Para a autora, o MST é um movimento social cuja originalidade e expressividade ancora-se em sua organização nacional (onde se destaca o grau de articulação interna, presença efetiva em quase todos os estados e homogeneidade nas formas de luta); a combatividade permanente (na ocupação do latifúndio até a organização dos assentamentos uma vez conquistada a terra); o protagonismo autotransformador (colocando amplas massas na condição de sujeitos em luta); suas práticas políticas e a radicalidade de sua luta que questiona o fundamento da ordem existente. Conforme Vendramini (2004), a ação do MST ataca causas estruturais da sociedade capitalista, revelando grande capacidade em articular as demandas imediatas dos Sem Terra com as lutas por mudanças mais amplas, desenvolvendo a consciência de classe entre seus membros.

Em sua trajetória, o Movimento se destaca como ente político autônomo e autogestionado, o que exige uma articulação constante às necessidades históricas da classe trabalhadora do campo, tendo em vista, sobretudo, novas estratégias de avanço frente a ofensiva do projeto político-econômico do capitalismo no Brasil. Neste sentido, Pinassi (2009, p.72) assinala a dimensão anticapitalista do MST e o desafio atual de afirmar-se como uma alternativa radicalmente socialista. Para a autora:

O caráter efetivamente político do MST não emana de comprometimentos incondicionais com a luta partidária, nem se desenvolve à sua sombra. O caráter político do MST afirma-se na centralidade do trabalho e, fundamentalmente, nos sujeitos constituídos por sua práxis que, desde o plano mais imediato, afronta a “inviolabilidade” da propriedade privada. E, ainda que a princípio não atue no sentido de negá-la completamente, o movimento pode tornar concreta tal dimensão anticapitalista desde que reconheça a própria contemporaneidade, desde que veja que seu quadro não é composto

de militantes requerendo o estatuto de um campesinato resignado e saudoso de um passado jamais vivenciado no Brasil, nem que o seu projeto de nação vise a construir uma pletera de pequenas propriedades.

A questão assinalada por Pinassi demarca o problema dos assentamentos, onde a propriedade privada da terra tende a se recolocar e com ela toda a lógica burguesa quanto ao que e como produzir e quanto ao conjunto das relações ali exercidas.

No que se refere à organização dos assentamentos, conforme as discussões internas do MST (MST, 2001), poderiam ser caracterizadas três fases. Em um primeiro momento, pós-criação do MST nos anos 1980, o foco centrava-se no assentamento como um todo. Neste período, sua abrangência nacional ainda estava em constituição, caracterizou-se pela diversidade de experiências, destacando-se como meta a organização coletiva dos assentamentos, a propriedade comum da terra e dos bens e o trabalho coletivo nas áreas, por meio da criação da CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária. Com o surgimento de diversas cooperativas de assentados no início dos anos 1990, forma-se o SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados e a Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Este segundo período é caracterizado pelo debate quanto à produção agropecuária, a criação de cooperativas de comercialização, o acesso a créditos especiais para a Reforma Agrária e se desenvolvem programas de assistência técnica.

A crítica posterior a esse segundo período centra-se na importância atribuída ao crédito para organização dos assentamentos, que resultou em endividamento dos assentados, grandes estruturas e um modelo produtivo que reproduziu nos assentamentos a grande empresa agrícola, criando-se a ilusão de que a inserção competitiva no mercado geraria viabilidade econômica (MST, 2001 e 2007). A terceira fase desenha-se a partir da segunda metade dos anos 1990 com o fim dos créditos especiais, a falência de algumas cooperativas e as difíceis condições econômicas e sociais de muitos assentamentos.

Desde os anos 2000 o MST orienta com mais ênfase a importância da produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, a organização coletiva e a cooperação em diferentes esferas, buscando diminuir a dependência em relação aos bancos e ao grande mercado agrícola. Debate-se a importância da organização do assentamento como um todo, interligando os aspectos produtivos, de moradia, gênero, faixa etária,

educação e saúde, formação política, etc. O MST almeja que o assentamento se torne tanto um espaço de viabilidade econômica dos assentados, quanto de elevação do nível cultural e político. Mas também se pretende que os assentamentos acumulem forças na luta por transformações sociais (MST, 2007).

Atualmente, o MST conta com 400 mil famílias assentadas e 70 mil famílias instaladas nos acampamentos, estando presentes em 24 estados do Brasil. Sua presença não se dá somente no ato da ocupação, mas na consolidação produtiva de alimentos sem agrotóxicos, a qual atinge níveis expressivos mediante a atividade das cooperativas produtivas. O movimento conta com 1900 associações produtivas, das quais 185 são cooperativas e 120 agroindústrias, o que demonstra também a autonomia dos trabalhadores na organização econômica dos assentamentos e acampamentos. Sua produção alcança hoje 15 cadeias produtivas, que envolvem a produção de leite (7,5 milhões de litros por dia), arroz (42 mil toneladas, sendo 16 mil de produção orgânica), café (30 mil toneladas) e feijão (23 mil toneladas), dentre outros produtos que formam uma frente de produção autônoma e autogestionada (MST, 2023). A defesa pela Soberania Alimentar aparece como um dos princípios que regem o Movimento – e sua articulação na unidade dos trabalhadores do campo e povos originários - e se atrelam à agroecologia como base de organização social, produtiva e cultural. Com isso, se consolida uma outra alternativa de organização ecológica e coletiva no espaço do campo, a qual é conferida caráter central na atualidade do Movimento (MST, 2023). Um exemplo disto é a campanha de plantio de árvores nativas. Nos últimos quatro anos foram plantadas 10 milhões de árvores de seus respectivos biomas e foram construídos mais de 300 viveiros de mudas nativas.

A adesão à agroecologia se coloca com mais força a partir dos anos 2000, estratégia que dirige a realização de jornadas anuais de agroecologia, onde os trabalhadores rurais compartilham vivências, tecnologias e experiências do trabalho agroecológico em áreas de assentamento, reafirmando o compromisso com a biodiversidade. Atualmente, a articulação das jornadas já está em sua 19ª edição, o que demonstra a importância de avançar na estratégia de um outro tipo de produção e organização coletiva para os trabalhadores do campo, cujas tarefas se renovam mediante o avanço do agronegócio e da financeirização do campo brasileiro (TARDIN et al, 2019). Neste contexto, a estratégia da produção de alimentos agroecológicos

tem sido uma das principais bandeiras do Movimento como contraposição à difamação da mídia e os avanços para criminalização do Movimento na esfera pública.

No período da pandemia do Coronavírus, o Movimento fez doação de alimentos nas periferias urbanas, o que vem se constituindo como uma política da organização, assim como outras ações de solidariedade entre campo e cidade. Ademais, a expressividade do Movimento ultrapassa a dimensão produtiva, se manifestando em outras atividades que compõem a cultura e a formação política. Portanto, o Movimento se objetiva para uma sociabilidade integrada do coletivo de trabalhadores Sem Terra, no sentido de sua elevação cultural e da educação como ferramentas estratégicas de emancipação de sujeitos do campo.

### **A formação humana e política: a educação no MST**

Educação e formação constituem dois setores distintos no MST, mas estes se articulam entre si e com os demais setores existentes no Movimento como produção, gênero, saúde, juventude, entre outros, seja pelo processo educacional/formativo que acontece nos processos de luta, seja em espaços de educação formal. Os processos de educação e formação se iniciam nos preparativos das famílias para o processo de ocupação e se fortalecem na realização desta e no período de acampamento. Educa-se para e por meio da luta e para e por meio da organização coletiva (CALDART, 2004). Constituem-se em processos de enfrentamento seja em relação à história de cada um, seja na relação com o capital no campo. É na luta e na organização comum que o sem terra compreende a necessidade de auto-organização, de escolarização, de estudo e de construção de novas relações de trabalho e vida. Este processo de formação é contínuo nos assentamentos, onde se inclui a necessidade de formação técnica para os diversos ramos de atividade e às novas demandas de organização nos assentamentos (DALMAGRO, 2010; DALMAGRO, BAHNIUK, CAMINI, 2017).

Para construir uma base que direcione a filosofia, os projetos pedagógicos e a auto-organização dos espaços formativos é necessário constante formação de quadros de educadores e dirigentes do Movimento. Este conta com diversas atividades de formação, oficinas, cursos e encontros em âmbito local, regional, estadual e nacional. Salientamos a existência de vários tipos de cadernos e boletins que direcionam a formação em diferentes áreas, tais como a educação, saúde, a formação política, a cooperação agrícola e uma variedade de temas que consoam



com a variedade da vida (DALMAGRO, 2017; MST 1992, 1994). Atualmente essa produção escrita está disponível na Biblioteca da Questão Agrária<sup>10</sup>, onde constam, além de publicações do Movimento, diversas teses e dissertações, o que indica que o MST tem sido objeto de inúmeras pesquisas no meio acadêmico.

A luta por acesso à escola, alfabetização e escolarização de adultos, aliada à uma fértil concepção educacional, consolidam um histórico de experiências escolares, que se articulam no nível local e nacional. Atualmente existem mais de 2 mil escolas públicas em áreas de assentamento e acampamento, o que envolve um corpo de 10 mil educadores, garantindo o acesso de mais de 200 mil crianças e jovens. Importante mencionar as cirandas infantis como espaço de educação de crianças pequenas e os encontros dos Sem Terrinha, espaços de organização e luta das crianças, evidenciando que estas não estão à margem das lutas do MST. A educação se expande para o nível técnico e superior, com o acesso de dois mil estudantes a cursos superiores e técnicos, o que envolve a parceria com mais de cem universidades públicas em diferentes áreas de formação (MST, 2023).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA foi uma conquista do MST no âmbito das políticas públicas para alfabetização de jovens e adultos, mas também de cursos de nível médio, técnico e superior, com abrangência nacional, elevando significativamente a escolaridade nas áreas de assentamentos. Também são dos anos 1990 as articulações em torno da Educação do Campo que alimentam vínculos dos movimentos sociais do campo com universidades, sendo um de seus desdobramentos as Licenciaturas em Educação do Campo. Além disso, o MST promove inúmeros cursos e formações nos espaços de assentamento e trinta e quatro Centros de Formação em atuação (MARIANO, 2023) espalhados nas diferentes regiões do país, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que é um espaço histórico de formação política do Movimento, congregando entidades de todo o território nacional e articulando lutas em nível internacional (BOGO e DE ARAÚJO BOGO, 2019; SILVA, FERNANDES, 2021).

O Movimento conta com uma proposta e experiência de educação escolar ousada e original, apesar das grandes dificuldades que possui para implementá-la nas escolas públicas, conseguindo apontar alternativas para os problemas enfrentados

---

<sup>10</sup> A Biblioteca da Reforma Agrária consiste em um acervo digital que organiza a produção escrita, desde documentos constitutivos até publicações, cartilhas educativas e relatórios de conferências. Este acervo se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>.

por esta instituição em nosso país. A ênfase nessa relação entre as lutas concretas e a necessidade de 'transformar a intencionalidade formativa' acaba dando vida ao projeto de escola e educação no Movimento. Neste sentido, como afirmam Caldart et al (2010, p.65):

A Pedagogia do Movimento, enquanto reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, e ao tratar essa formação como um processo educativo, expressa (se fundamenta) e reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento. (...) A educação acontece na dialética entre a transformação das circunstâncias e a autotransformação que esse processo provoca e exige (acontece na práxis).

Portanto, pensar a educação no Movimento é pensar num amplo processo de formação cultural, política e tecnológica dos trabalhadores, para que estes possam, na coletividade, emancipar-se das relações de exploração e propor o enfrentamento ao modelo produtivo do capital. Assim, como a terra, a educação também está carregada de funções sociais, e as finalidades educativas se erguem a partir das necessidades concretas da existência dos Sem Terra num contexto de lutas. Inspirados no método histórico-dialético e com forte influência da Pedagogia Socialista e dos trabalhos de Krupskaya e Paulo Freire, a educação e a formação no MST promovem a auto-organização e o trabalho autogestionado, ancorando o trabalho na construção do projeto formativo. Um dos objetivos centrais dessa dimensão de luta é a formação de sujeitos históricos capazes de trabalhar e de lutar pela transformação da sociedade e pela sua autotransformação (pessoal e coletiva) emancipatória, o que envolve um novo marco de relações sociais (CALDART et al, 2010; DALMAGRO et al, 2017).

Com isso, reafirmamos que a concepção de educação no Movimento direciona para uma atividade objetiva transformadora, num contexto de disputa hegemônica entre distintos projetos de sociedade. Neste sentido, as experiências concretas de escola e educação no MST são orientadas por matrizes formativas que contrapõem a simples transmissão de conteúdos ou formação de competências e habilidades como se propõe a escola burguesa, envolvendo diferentes dimensões do sujeito e da coletividade. Isso envolve o desenvolvimento cultural, artístico e cognitivo dos sujeitos, que se articulam mediante objetivos formativos voltados à construção cotidiana de outro projeto de sociedade.

## **Considerações finais**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma das expressões sociais mais acabadas do desenvolvimento capitalista no campo. É fruto da histórica concentração da terra no Brasil, a qual por sua vez, não é desarticulada do desenvolvimento econômico, social e político do país. Mas o MST também é produto de um momento histórico do capitalismo em âmbito mundial, em sua fase madura, ou imperialista. De outro lado, o MST também é produto da organização e luta dos Sem Terra, de sua capacidade organizativa, de seu contraponto ao capitalismo, enfim, como constituinte da classe trabalhadora, cujas formas de luta e organização adquirem dinâmicas próprias possibilitadas e forjadas em cada contexto.

Entendemos o MST como um movimento que aglutina milhares de pessoas que não encontram na forma de organização social vigente as condições para produzir sua existência. Muitos dos sem-terra que vão ao MST encontram-se despossuídos de qualquer forma de propriedade: a terra, a moradia e mesmo sua força de trabalho não consegue encontrar comprador. São milhares de famílias que vivem à beira das estradas, em barracos, ou nas favelas e assalariados rurais que quando dispensados de seu trabalho não têm para onde ir. Assim, o MST é um espaço onde distintos sujeitos buscam uma forma de produção da vida, de inserção social. Neste processo, o MST nos ensina acerca da articulação das lutas imediatas com as lutas mais gerais. O sem-terra vai ao MST não porque deseja a Reforma Agrária ou o socialismo: ele imediatamente deseja subsistir, almeja um pedaço de terra. No processo das lutas nos acampamentos, assentamentos, nas marchas, o Sem Terra compreende que a distribuição das terras exige um processo de Reforma Agrária, a qual consiste não apenas na mudança na estrutura da propriedade da terra, mas implica políticas agrícolas, educacionais, de saúde pública e cultura, para diferentes regiões, grupos etários e de gênero. Assim, a luta pela terra pode se converter em luta por Reforma Agrária. Mas em um país onde a grande propriedade rural é estruturante, a Reforma Agrária está inviabilizada, exigindo articular as pautas imediatas e reformistas às lutas socialistas, internacionalistas, como faz o MST há algumas décadas.

A análise da trajetória do MST nos possibilita perceber uma dinâmica de atualização ou revitalização de suas pautas e formas de organização, buscando sintonia com temas de grande adesão na atualidade. Exemplo disto é a importância que a questão ecológica e agroecológica adquire na atualidade, revelando-se também

em temas como igualdade de gênero e direitos das mulheres. As instâncias diretivas são compostas com paridade entre homens e mulheres e estas continuam a assumir a frente em lutas de grande potência no interior do Movimento. Outro exemplo é o coletivo LGBTQ+ no MST, assinalando importantes avanços neste campo no interior do Movimento, ainda que a base social ainda tenha muito que avançar. A militância do MST se renova e há significativa ampliação da escolarização de seus militantes, produto da relação do Movimento com várias Universidades e Centros de Ensino. A questão cultural, presente desde a origem da Organização continua vigorosa, contribuindo para a formação, luta política e unidade interna e sempre presente nas diversas atividades (MST, 2019).

O acesso e permanência na terra continuam sendo eixo das lutas passados quase 40 anos. A produção e a organização coletiva dos assentamentos são objetos do MST desde o início dos anos 1990, quando se constitui um sistema de cooperativas e associações. A questão da produção e a conseqüente comercialização vai ganhando mais espaço com feiras, festas de colheitas e a criação de agroindústrias em assentamentos. Uma nova dimensão política é incorporada à esfera produtiva com os alimentos agroecológicos e a preservação ambiental, constituindo uma frente de luta política cuja força não parece ser menor do que a estratégia da ocupação de terras improdutivas.

Investir na área ambiental e na alimentação saudável é simultaneamente uma estratégia política e socioeconômica para o MST. Politicamente possibilita sobrevivência em face do crescimento da direita conservadora ocorrido no país e pela queda no número de famílias assentadas observada desde o segundo governo Lula, a partir de 2007. Diversos e complexos fatores influem para que as ocupações e famílias acampamentos não tenham se mantido elevados, como sugere Dalmagro (2010), dentre eles a condição econômica da base social do MST, a criminalização da luta social e a expansão do agronegócio.

Neste contexto em que avançar na divisão das terras está obstaculizado, a atuação do MST se concentra na forma da produção, na gestão dos empreendimentos econômicos, ou seja, para a esfera do mercado. A produção de “alimentos de verdade” e o cuidado com o meio ambiente por meio da agroecologia articulam a economia dos assentamentos à política em um tema de enorme atualidade. De toda forma é oportuno o alerta de Pinassi (2009) para quem a institucionalização do Movimento

levaria a perda de sua capacidade crítica e mobilizadora. Para a autora, o MST mantém sua radicalidade no confronto contra a propriedade privada, na independência política em relação as esferas do poder constituído e construindo uma alternativa aos trabalhadores.

Os aspectos aqui apontados corroboram nossa afirmação anterior de que a luta do MST se constrói em muitas dimensões, o que é coerente com a ampla concepção de educação, da formação humana e das relações sociais das quais nasce a luta do movimento. Neste sentido, o Movimento se fortalece na luta diária para consolidar suas estratégias de atuação e garantir o acesso a uma vida digna aos trabalhadores do campo e também aos povos originários e quilombolas que também fazem parte da luta contra o massacre da terra e dos povos promovido pelo capital. Mesmo diante de contradições e limitações objetivas, o MST exercita o trabalho e as lutas coletivas em várias dimensões que visam a superação da lógica social burguesa. Buscamos demonstrar que tais dimensões se articulam às determinações concretas do modelo de produção e de propriedade da terra no Brasil, sendo um reflexo contraditório destas, o que provoca a construção de outro tipo de sociedade em contraposição à sociabilidade do capital e do agronegócio.

## Referências

AUED, Bernardete e PAULILO, Maria I.S. (org) **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOGO, Ademar; DE ARAÚJO BOGO, Maria Nalva Rodrigues. Processos formativos do MST: Desafios e limites históricos. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 85-110, 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli. Salete; FETZNER, Andréa Rosana; FREITAS, Luis Carlos de.; RODRIGUES, Romir. (orgs.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, v.1, p. 248, 2010.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **A escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 314f. Tese (Doutorado em Educação) - UFSC, Florianópolis.

DALMAGRO, Sandra Luciana. História da escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 3, p. 782-810, 2017.

DALMAGRO, Sandra Luciana; BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante do MST: 20 anos de aprendizados na luta. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 2, p. 168-184, 2017.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório de uso, comércio e indicadores de pesticidas**. N46, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0918en/cc0918en.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2023.

FAO. **Investimento Direto Externo no Setor de Agricultura, Florestas e Pesca**. Brasil. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FDI>. Acesso em 10 de junho de 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B. e TIRIBA, L. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. In: ALVES, A. S. e TIRIBA, L. (org). **Cios da Terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e Educação do Campo. Uberlândia: Navegando publicações, 2022.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Londres: Modern Reader Paperbacks, 1969.

GERMER, Claus M. Trabalhadores: bases do programa agrário. **Revista Teoria e Debate**, n. 24, São Paulo, maio de 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do " agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.

MARIANO, Alessandro Santos. **História da Educação no MST (1979-2022)**: da ocupação da terra à ocupação da escola. 2023. 212f. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**, v. 9, n. 3, pp. 325-356. Salvador, 2017.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MEDEIROS, Leonilde S. Sem Terra, "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Buenos Aires, 2001. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/medeiros.pdf>.

MOREIRA, Roberto. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 31-34, 2000.

MST. **Documento final do primeiro congresso dos trabalhadores sem-terra** (1985). Disponível em: <https://mst.org.br/download/documento-final-do-primeiro-congresso-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/?wpdmdl=214532&masterkey=5f456edf3b93a>. Acesso em 10 de abril de 2023.

MST. Setor de Educação. Ocupar, produzir e resistir. **Boletim da Educação n.1**. Setor de Educação do MST, 1992.

MST. Setor de Educação. Escola, trabalho e cooperação. **Boletim da Educação nº4**. São Paulo, 1994.

MST. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo, 2001. (Não publicado).

MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Estudo com a coordenação do setor de produção. S.L, 2007. (documento eletrônico - slides).

MST. **Jornal dos Trabalhadores rurais Sem Terra**: Edição especial LGBT Sem Terra. 1 ed. Agosto, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/download/especial-jornal-lgbt-sem-terra-2019/?wpdmdl=205467&masterkey=601838bfc9fa3>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 1 e 2. São Paulo: MST, 2020.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

SILVA, Fábio Tomaz Ferreira da; FERNANDES, Rosana Cebalho. O internacionalismo como prática pedagógica na Escola Nacional Florestan Fernandes. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 13, n. 3, p. 109-124, 2021.

STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Sergio A. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil** v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro; MENDONÇA, Sonia Regina de. **Questão agrária no Brasil**, v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

TARDIN, José Maria; TONÁ, Nilciney; FRIGO, Darci; BITTENCOURT, Naiara. **Cartilha da Jornada Agroecologia do Paraná**. Curitiba, PR. (v1 n 18 80 pp, 2019). Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cartilha-Jornada-\\_2019-web.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cartilha-Jornada-_2019-web.pdf). Acesso em 10 de junho de 2023.

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, trabalho e educação**: experiências socioeducativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora da Unijuí, 2000.

VENDRAMINI, Célia R. Trabalho e educação nas cooperativas do MST. In: Picanço, I. e Tiriba, L. (org). **Trabalho e educação**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.